

**Autorização n.º CIM-AT /M /009 para a exploração de serviço público de transporte regular de passageiros**

Face às alterações ocorridas ao regime transitório previsto no artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de agosto, aprovadas pelo Decreto-lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro, *podem, agora, as Autoridades de Transportes determinar a prorrogação das autorizações provisórias em vigor, desde que comprovados os requisitos previstos no n.º 3 do referido normativo.*

Neste sentido e já submetido o pedido de parecer prévio à AMT, determina a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, enquanto Autoridade de Transportes, nos termos do artigo 10.º n.º 1 e 3.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pelo Decreto-lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro a *prorrogação da autorização provisória em vigor, até à conclusão do procedimento pré-contratual de seleção de operadores de serviço público e não excedendo o prazo máximo de dois anos, de forma a assegurar a manutenção do serviço público de transporte de passageiros, sem risco de interrupção ou interrupção efetiva.*

Assim,

A empresa Autoviação do Tâmega, Lda. com sede no na rua Largo da Estação, 5400-231 Chaves, titular do NIPC 500038619 e do alvará/licença comunitária de acesso à atividade n.º 200138, fica autorizada a explorar, em regime provisório, nos termos do artigo 10.º n.º 1 e 3 da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro, o serviço público de transporte de passageiros regular na linha com origem/destino (O/D) em **CHAVES e SANTA CRUZ DA CASTANHEIRA** nas condições que, na presente data, constam do registo no Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras (SIGGESC) .

O operador de transportes fica obrigado a respeitar os seguintes requisitos e condições de exploração:

- a) Prestação do serviço autorizado em boas condições de segurança, qualidade e conforto, em particular no que respeita aos veículos utilizados; Face às alterações ocorridas ao regime transitório previsto no artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de agosto, aprovadas pelo Decreto-lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro, *podem, agora, as Autoridades de Transportes determinar a prorrogação das autorizações provisórias em vigor, desde que comprovados os requisitos previstos no n.º 3 do referido normativo.*

Neste sentido e já submetido o pedido de parecer prévio à AMT, determina a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, enquanto Autoridade de Transportes, nos termos do artigo 10.º n.º 1 e 3.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pelo Decreto-lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro a *prorrogação da autorização provisória em vigor, até à conclusão do procedimento pré-contratual de seleção de operadores de serviço público e não excedendo o prazo máximo de dois anos, de forma a assegurar a manutenção do serviço público de transporte de passageiros, sem risco de interrupção ou interrupção efetiva.*

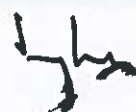
Assim,

- b) Prestação, à Autoridade de Transportes, da informação por esta requerida sobre as condições de oferta e procura, bem como sobre as condições relativas ao material circulante em utilização no serviço autorizado;

- c) Prestação de informação ao público sobre a respetiva oferta de serviços de transporte, detalhada e permanentemente atualizada no respeitante a percursos, paragens, horários e tarifário, através dos suportes adequados, nomeadamente do respetivo site;

- d) Outros requisitos Face às alterações ocorridas ao regime transitório previsto no artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de agosto, aprovadas pelo Decreto-lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro, *podem, agora, as Autoridades de Transportes determinar a prorrogação das autorizações provisórias em vigor, desde que comprovados os requisitos previstos no n.º 3 do referido normativo.*

Neste sentido e já submetido o pedido de parecer prévio à AMT, determina a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, enquanto Autoridade de Transportes, nos termos do artigo 10.º n.º 1 e 3.º da Lei n.º 52/2015, de



9 de junho, alterada pelo Decreto-lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro a *prorrogação da autorização provisória em vigor, até à conclusão do procedimento pré-contratual de seleção de operadores de serviço público e não excedendo o prazo máximo de dois anos, de forma a assegurar a manutenção do serviço público de transporte de passageiros, sem risco de interrupção ou interrupção efetiva.*

Assim, (a Autoridade de Transportes deverá adotar o elenco de requisitos a figurar em cada autorização provisória, tendo em conta a situação concreta e os resultados da negociação com a empresa operadora.)<sup>5</sup>

O não cumprimento dos requisitos mencionados na presente autorização pode dar lugar ao respetivo cancelamento.

São direitos do operador:

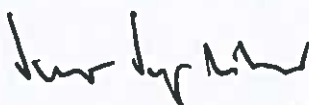
- a) Os fixados na legislação aplicável, designadamente no Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro;
- b) Ser informado pela Autoridade de Transportes de eventuais alterações das condições de circulação rodoviária, nomeadamente associadas a obras na via pública ou outros constrangimentos viários, que impliquem a necessidade de introduzir ajustamentos dos percursos e paragens afetados.

A presente autorização provisória pode ser objeto de alterações relativas a itinerários, paragens, horários e tarifas, por iniciativa do operador, devidamente fundamentada, ou por iniciativa da Autoridade de Transportes, sempre que tal se justifique face à evolução da procura. Tais alterações têm que ser introduzidas no SIGGESC para terem efeitos práticos.

Emitida em Chaves, em 03/12/2019

Validade: Até à conclusão do procedimento de contratação pública, ou até 02/12/2021, consoante o prazo que ocorrer em primeiro lugar, conforme artigo 10.º n.º 3 da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal



Nuno Vaz Ribeiro, *pr*